

Relator da LDO pede sessão para analisar vetos

Objetivo é pressionar pela derrubada do corte de R\$ 5,6 milhões

Por Ana Paula Marques

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), enviou nesta terça-feira (20) um requerimento ao presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tentar acelerar a sessão de análise de vetos presidenciais feitos no Orçamento.

O objetivo é derrubar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao calendário de emendas proposto na LDO e ao valor de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão na Lei Orçamentária Anual (LOA), pauta que criou tensão entre os dois poderes. Os parlamentares são contra e argumentam que, com o veto o Executivo, quebrou acordos antes firmados com o Legislativo.

No documento, Forte pede que a sessão ocorra na primeira semana de março. A justificativa é o calendário apertado em função das eleições municipais neste ano. Além disso, o deputado reforça o argumento que os vetos de Lula podem comprometer a execução de ações importantes definidas pelo Congresso.

Ao Correio da Manhã, o deputado defendeu que o requerimento, previsto no regimento interno conjunto do Congresso, dá aos parlamentares a garantia de “autonomia e independência, evitando a cooptação política que ainda ocorre em muitas votações”.

“Com a aproximação do calendário eleitoral, no entanto, é preciso acelerarmos a derrubada dos vetos em função das restrições do período”, continua Danilo Forte.

Forte critica o veto em seu requerimento. Diz ser uma “afrota que compromete avanços nas políticas de atenção à saúde, em especial de



Danilo pressiona Pacheco a votar vetos ao orçamento

crianças e adolescentes com deficiência, assim como também à destinação de recursos para a educação, meio ambiente, infraestrutura urbana, melhorias em áreas rurais, investimentos em obras de saneamento, distribuição de água para consumo humano, entre tantas outras políticas discutidas e aguardadas pela população, sobretudo àquela mais carente de ações do Estado”, descreveu.

Pressão

Mesmo com o requerimento, para ocorrer a análise dos vetos em plenário é necessário que o presidente do Congresso agende uma sessão conjunta entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. E, como ainda não existe nenhuma sessão marcada, Danilo Forte pediu a sessão extraordinária.

Se o requerimento for

aprovado pela maioria simples nos plenários das duas Casas, o texto pressiona Pacheco para a sessão seja pautada ainda em março. Antes, o documento precisa da assinatura da maioria absoluta dos parlamentares: 257 deputados e 41 senadores. Ainda na terça, o relator garantiu que iria pedir apoio ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e aos líderes partidários da Casa ao texto de sua autoria.

Tensão

O corte feito nas emendas de comissão é para evitar despesas ao governo, que tenta cumprir a promessa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de zerar o déficit fiscal em 2024, ou seja, não ter mais despesas que receitas. Por isso, a pasta da Fazenda prefere que a análise dos vetos ocorra somente após

o lançamento do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, que deve ser divulgado até 22 de março. Ele dará a equipe econômica uma noção do estado das contas públicas para este ano.

E com isso, o governo poderia tanto negociar o veto e até mesmo retirá-lo. Entretanto, a pressa na análise vem na esteira das eleições de 2024, o veto interfere diretamente nas Emendas de Comissão, que são os recursos do Orçamento que podem ser direcionados aos rendimentos eleitorais de deputados e senadores para, por exemplo, realizar obras.

Danilo Forte é contra o atraso. “A demora na apreciação dos vetos poderá comprometer a execução do orçamento em face dos impedimentos nesse período”, explica em seu requerimento.

Senado aprova projeto que restringe saidinha de presos

Por Gabriela Gallo

O Senado Federal aprovou o projeto de lei que determina o fim das saídas temporárias de presos (PL 2253/2022), nesta terça-feira (20), por 62 votos favoráveis, 2 contrários e uma abstenção. O projeto teve origem na Câmara dos Deputados e, como o texto sofreu alteração no Senado, ele retorna para a Câmara. Se aprovada, a medida irá para sanção presidencial.

Conhecidas como “saidinhas”, a atual lei garante que condenados que cumprem pena em regime semiaberto podem sair temporariamente da prisão cinco vezes ao ano, em datas comemorativas, como Dia das Mães e Natal. A medida é para garantir que as pessoas privadas de liberdade possam sair temporariamente para visitar a família, e também vale para que os detentos possam estudar ou participar de atividades de ressocialização.

A lei é alvo de duras críticas por abrir margem para que os detentos fujam ou, na pior das hipóteses, cometam outros crimes enquanto estão livres. Dessa forma, o projeto de lei endurece as saídas temporárias antes que os detentos terminem de cumprir a pena.



Flávio Bolsonaro foi o relator do projeto

Durante a sessão, o senador Omar Aziz (PSD-AM) pediu que o presidente Lula não vete o projeto, caso ele seja aprovado na Câmara. “Isso diz respeito ao Congresso Nacional discutir”, disse Aziz. Líder do governo no Senado, o senador Jacques Wagner (PT-BA) afirmou que o poder Executivo não deve se envolver.

Exceção

O projeto proíbe as saídas temporárias de presidiários. Porém, o relator do projeto,

senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), acatou um destaque do senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) que abre uma exceção ao projeto e libera a saída temporária de presos em regime semiaberto para projetos de educação e trabalho, a fim de garantir medidas socioeducativas e que possam ressocializar o detento. Essa exceção, todavia, não vale para presos condenados por crimes hediondos e crimes envolvendo violência ou grave ameaça contra uma pessoa. A proposta é

para evitar a saída de pessoas que foram julgadas como violentas antes de terminarem de cumprir suas penas.

O senador Fabiano Contarato (PT-ES) tentou emplacar o destaque nº 08, que limita a saidinha de presos em regime semiaberto que cometeram crimes inafiançáveis – como terrorismo, racismo, tortura e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Porém, o os senadores derrubaram o destaque por 37 votos contrários e 27 a favor.

O projeto ainda prevê a realização de um exame criminológico para avaliar se os presos tem condições de progredirem de regime e, consequentemente, estão mais próximos de seguir em liberdade. Sérgio Moro também defendeu o tópico.

“Hoje com bom comportamento na cadeia e com mero decorrer do tempo, o indivíduo acaba progredindo de pena. Então se coloca na mesma vala alguém que cometeu um furto com alguém que cometeu um latrocínio. A exigência desse exame criminológico vai permitir ao juiz fazer um crivo daqueles presos que realmente tem condições de se aproximar do estado de liberdade e o convívio com a sociedade”, defendeu o senador.

CORREIO BASTIDORES



Senador renuncia cargo para assumir vaga no STF

Flávio Dino se despede do Senado Federal

A dois dias de assumir o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o senador Flávio Dino (PSB-MA) fez, nesta terça-feira (20), seu último discurso como parlamentar, na tribuna do Senado. Ele prometeu que, na Corte, respeitará as presunções da constitucionalidade das leis, da legalidade dos atos administrativos e da inocência de todo cidadão, considerado inocente até que se prove o contrário. “Serei coerente com a visão que manifesto aqui. Podem ter certeza da minha mais absoluta deferência aos poderes políticos do Estado. Deferência que se manifesta inclusive, e sobretudo, pela capacidade de ouvir, de promover o bom diálogo institucional, para que possamos encontrar o modo pelo qual a harmonia entre

os Três Poderes [Executivo; Legislativo e Judiciário] vai se concretizar”, afirmou Dino.

Segundo suas palavras, todos devem dele imparcialidade, isenção e o fiel cumprimento da Constituição e das leis. “Nunca esperem de mim prevaricação”, acrescentou Dino, ao defender a importância da atividade política e criticar a espetacularização da atividade.

“Quero reiterar minha total confiança, crença, em que não há bom caminho para o Brasil fora da política. Precisamos de uma política forte. E só a teremos com políticos credenciados a exercer a liderança que o país exige. Precisamos retomar a ideia de deveres patrióticos, cívicos. Não podemos sucumbir à espetacularização da política”, finalizou.



Informação foi dada por Alexandre Padilha

Lula deverá se encontrar com Lira nesta semana

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá se reunir, ainda nesta semana, com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, no processo de retomada dos trabalhos do Congresso Nacional e da pauta prioritária do governo no Legislativo. Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o encontro com Lira deve acontecer na quinta-feira (22). Já com Pacheco, ainda não há data prevista.

“É um encontro que a gente já queria fazer no final do ano passado, que não consegui fazer por causa da agenda do Congresso e do presidente. Uma oportunidade de retomar esse encontro, esse diálogo, reforçar essa agenda”, disse Padilha sobre o encontro com Lira. Outras lideranças no Legislativo também estão sendo convidadas para o encontro.

No início deste mês, Lula e Lira já estiveram juntos para tratar da relação entre os poderes.

Nesta terça-feira (20), o presidente fez reunião com ministros da área econômica e de articulação política e com líderes do governo no Congresso. Ao final, em conversa com a imprensa, Padilha listou projetos que estão na agenda do Executivo, como medidas que tratam do orçamento público, entre eles, a discussão sobre a reoneração da folha de pagamento que envolve também a revogação do programa de ajuda a empresas de eventos e a limitação de compensações de créditos tributários.

A reoneração da folha será o tema da conversa de Lula com Pacheco, que tem defendido uma solução negociada para a Medida Provisória (MP) enviada pelo governo que prevê a reoneração gradual de impostos em 17 setores da economia a partir de abril.

Informações de Alex Rodrigues e Andreia Verdêlio (Agência Brasil).